

Política



ELEIÇÕES MUNICIPAIS
TSE terá centro de combate à desinformação

Estrutura será inaugurada hoje e vai atuar em parceria com órgãos públicos



REVISÃO EM R\$ 8,2 BI

Governo inicia negociações e já avalia novos acordos para sete empresas alvo da Lava-Jato

RENATA AGOSTINI
renata.agostini@globo.com.br

Sete empresas alvo da Lava-Jato, que têm dívidas somadas de R\$ 8,2 bilhões provenientes de acordos de leniência firmados no curso da operação, vão se reunir com integrantes da Controladoria-Geral da União (CGU) a partir de hoje para tentar reduzir os valores devidos. De acordo com integrantes do governo que estarão à frente das conversas, há disposição em negociar prazo e modo de pagamento. As empreiteiras, porém, têm planos maiores e não querem limitar a discussão à engenharia financeira do acordo: buscam reduzir multas e "requalificação jurídica" de fatos narrados em delação para responder por delitos menores.

A percepção de integrantes do governo é de que as empresas de fato perderam capacidade de pagamento e, diante disso, algumas medidas devem ser tomadas para evitar que elas fiquem inadimplentes. No limite, se a situação se prolongar, a CGU teria de decretar a insolvência das empreiteiras, vetando que disputem licitações. A medida enterraria as chances de elas se restabelecerem. Por isso, aumentar o prazo de pagamento e permitir o uso de créditos tributários e precatórios são alguns caminhos citados para dar fôlego às empresas.

Na outra ponta da mesa, a ideia das companhias, além da negociação da dívida, é obter aval para "requalificar" juridicamente alguns dos fatos narrados nas delações. O objetivo é convencer a Justiça e o governo de que episódios descritos como propina foram, na verdade, casos de "caixa dois" de campanha e, portanto, um crime eleitoral. Com isso, os delitos seriam menores, e a multa poderia ser reduzida.

A estratégia tem como pano de fundo uma necessidade financeira das empresas, mas atende a interesses mais amplos. As empreiteiras acreditam que podem abrir caminho para atenuar também as penas dos delatores. Segundo um ex-empregado, que conversou com o GLOBO sob reserva, o entendimento é que pode existir conecção entre os dois assuntos: havendo reconhecimento de que um ato foi doação eleitoral em vez de corrupção, a punição do delator também poderia ser revista.

POSSÍVEL IDA AO STF
O governo já diagnosticou o movimento. Por isso, a tendência é que as decisões mais complexas sobre a validade de provas sejam submetidas ao Supremo Tribunal Federal (STF), afirmam negociadores. O movimento de trazer as empreiteiras à mesa de negociação ocorre após decisão do ministro André Mendonça,



À mesa. Fachada da Controladoria-Geral da União, em Brasília. CGU e AGU vão se reunir com sete companhias que fecharam acordos de leniência na Lava-Jato



Negociação. A AGU, de Jorge Messias, estará no debate



CGU ministro Vinícius Carvalho deve abrir a reunião de hoje

À MESA COM O GOVERNO

| EMPRESA | QUANDO O ACORDO FOI FIRMADO | VALOR TOTAL DO ACORDO (R\$) | QUANTO DEVE HOJE (R\$) |
|---|-----------------------------|-----------------------------|------------------------|
| Camargo Corrêa | 2019 | 1,396 bi | 0,9 bi |
| Novonor (ex-Odebrecht) | 2018 | 2,727 bi | 2,554 bi |
| UTC | 2017 | 0,575 bi | 0,536 bi |
| Andrade Gutierrez | 2018 | 1,49 bi | 1,053 bi |
| Nova Participações (ex-Engie) | 2019 | 0,516 bi | 0,51 bi |
| Metha (grupo controlador da antiga OAS) | 2019 | 1,929 bi | 1,925 bi |
| Braskem | 2019 | 2,872 bi | 0,694 bi |

Fonte: Controladoria-Geral da União

EXEMPLO DE LAVA

Nova Participações não retornaram.

Além da renegociação, Mendonça também determinou que, durante este prazo de 60 dias, MP, CGU e AGU debatam os termos de um novo protocolo para acordos de leniência. Há o desejo de que se construa um "balcão único" de negociação, com regras comuns para atuação de todos esses órgãos.

GOVERNO E MP DIVERGEM

As empreiteiras atingidas pela Lava-Jato firmaram inicialmente acordos com o Ministério Público, que tocava as investigações. Havia interesse por parte delas de livrar da cadeia os executivos, que se tornaram delatores. Mas o acordo com o MP não protegia as companhias de questionamentos de outros órgãos, como CGU e Tribunal de Contas da União (TCU), e de ações oferecidas pela AGU. Por isso, novos acordos — com valores ainda maiores — tiveram de ser assinados para cobrir todos os prejuízos causados ao poder público. Boa parte do valor acertado nesses acordos ainda não foi quitado, e há parcelas em atraso.

As conversas com as empreiteiras começam formalmente agora, mas o debate entre governo e Ministério Público em busca de um protocolo para os acordos já está em andamento. Uma primeira reunião ocorreu na semana passada e há previsão de nova rodada de conversas nos próximos dias.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) sugeriu que, no "balcão único" a ser criado, os casos comecem pela avaliação do Ministério Público, por ser o único capaz de abrir mão dos processos criminais num acordo. A CGU faria sua análise após o aval dos procuradores e calcularia então o valor da multa a ser pago pela empresa. A partir disso, a AGU entraria para firmar os acordos e acompanhar a execução, juntamente com o Tribunal de Contas da União.

A proposta do MP encontrou resistências no governo. O diagnóstico é que isso poderia abalar a capacidade dos órgãos de conduzir suas próprias investigações, já que eles teriam de aguardar as decisões do MP para prosseguir.

As primeiras interações indicam caminho difícil até um acordo. Há clima de colaboração quando todos sentam à mesa, mas de grande desconfiança nos bastidores. Integrantes do governo não poupam o MP de críticas ao apontar os muitos problemas nos processos da Lava-Jato. Na PGR, há desconforto com o movimento de renegociação dos acordos já firmados e defesa da necessidade de os procuradores terem palavra decisiva no andamento da negociação com empresas, o que é rechaçado por CGU e AGU.

EXEMPLO DE LAVA